

Contexto Operacional

A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, criada pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014 e pelo Decreto nº 8.890, de 27 de outubro de 2016, é uma autarquia com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

A Sudeco tem a finalidade de promover o desenvolvimento regional e compete à Superintendência definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis aplicadas ao setor público, em especial, da Lei nº 4.320/64, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2001 e da Lei nº 10.180/2001. E em consonância, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), as normas e orientações do Órgão Central de Contabilidade da União, especialmente, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 7ª Edição e as demais orientações contidas no Manual SIAFI.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art.1º e 2º do Decreto nº 93.782/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

São apresentados, a seguir, os principais critérios e políticas contábeis adotados tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual SIAFI.

- **Moeda funcional** - A moeda funcional é o Real.
- **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Demais Créditos e Valores a Curto Prazo** - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) adiantamentos; e (vi) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.
- **Estoques** – Compreendem o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.
- **Ativo realizável a longo prazo** - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com dívida ativa. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original.
- **Imobilizado** – O imobilizado é composto pelos bens móveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.
- **Intangível** – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).
- **Depreciação, amortização e exaustão de bens móveis** - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.
- **Passivos circulantes e não circulantes** - As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas,

- previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.
- **Apuração do Resultado** – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - Resultado Patrimonial** na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - No Balanço Orçamentário** é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário
 - No Balanço Financeiro** ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis:

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada mensalmente de acordo com os procedimentos descritos na Macrofunção 02.03.15 do Manual Siafi. Este é um processo que visa assegurar a fidelidade e a confiabilidade dos dados constantes no SIAFI, além de permitir a sinalização de situações que possam causar viés nos valores evidenciados.

Além dos processos realizados mensalmente, a Unidade Gestora encaminha a Declaração do Contador para compor o Relatório de Gestão Fiscal – RGF. Nessa declaração, o Contador Responsável declara se os demonstrativos contábeis, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) estão regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, e refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Se tudo estiver de acordo, ele registra a Declaração Plena. Se houver alguma ressalva a fazer, o Contador registra a Declaração com Ressalva.

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa é praticamente composta pela Conta Única para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

Tendo em vista o Decreto nº 8.067/2013 e observada a IN STN Nº 04/2004 fica autorizada pela Secretaria do Tesouro Nacional a aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional, mediante registro específico no SIAFI, dos valores registrados em Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, decorrentes da arrecadação no ano corrente e em exercícios anteriores de reembolsos de recursos do FDCO referentes a operação com empresas.

Visualiza-se a seguir sua composição:

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa (em R\$)

	Dez/2018	Dez/2017
CTU -Recursos da Conta Única Aplicados	4.798.839,48	-
Limite de Saque com Vinculação de PGTO	1.633.324,26	7.995.934,51
Lim de Saque C/Vinc.PGTO–Ordem PGTO	665.571,52	-
Total	7.097.735,26	7.995.934,51

Nota 2 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

	Dez/2018	Dez/2017
Adiantamentos Concedidos	192.981,69	942.777,21
Créditos por Danos ao Patrimônio	133.958,54	133.958,54
Total	326.940,23	1.076.735,75

Fonte: SIAFI

Em acompanhamento na rotina de férias e décimo terceiro salário prevista na Macrofunção 021142 e na Norma de Encerramento 020318, na parte de adiantamentos concedidos ocorreu uma redução de 79,53%, onde foi identificado que nessa conta estava sendo transportado, ano a ano, valor alto comparando as apropriações mensais da folha.

Nota 3 – Imobilizado

Os bens móveis da Sudeco em 31/12/2018 totalizavam R\$ 2.071.416,81 (dois milhões, setenta e um mil, quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos) e estão distribuídos em itens patrimoniais conforme a tabela a seguir.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Tabela Bens Móveis – Composição (em R\$)

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	187.322,90	120.675,77	55,23
Bens de Informática	2.179.525,05	1.876.045,05	16,18
Móveis e Utensílios	812.392,60	807.047,18	0,66
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	46.293,05	45.795,80	1,09
Veículos	286.260,59	286.260,59	0
Demais Bens Móveis	445.803,88	392.085,98	13,70
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.886.181,26)	(1.298.911,78)	45,21
Total	2.071.416,81	2.228.998,59	-7,07

Fonte: Siafi

No exercício de 2018 foi realizada a reclassificação de alguns itens patrimoniais por equívoco na classificação contábil na data da contabilização e/ou ajustes para a implantação do SIADS PATRIMÔNIO ocasionando um aumento ou uma diminuição em determinados itens, bem como também, ocorreu a aquisição de novos itens conforme observada na tabela abaixo.

	Vida Útil(anos)	Valor Residual(%)	2018			2017		
			Custo	Deprec.Acum	Saldo Líquido	Custo	Deprec.Acum	Saldo Líquido
Aparelhos de Medição e Orientação	15	10	4.479,00	-692,85	3.786,15	4.479,00	-380,80	4.098,20
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20	172.986,13	-38.244,17	134.741,96	111.877,00	-26.936,76	84.940,24
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	10	10	680,78	-112,20	568,58	680,78	-45,99	634,79
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10	3.895,99	-284,96	3.611,03	2.355,99	-58,90	2.297,09
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10	5.281,00	-465,47	4.815,53	1.283,00	-56,71	1.226,29
Equipamentos de Processamento de Dados	5	10	2.179.525,05	-1.336.223,55	843.301,50	1.876.045,05	-918.894,60	957.150,45
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10	11.047,17	-2.501,37	8.545,80	6.149,75	-1.675,39	4.474,36

Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10	400,00	-156,00	244,00	400,00	-114,00	286,00
Mobiliário em Geral	10	10	800.945,43	-251.577,58	549.367,85	800.497,43	-180.157,50	620.339,93
Equipamentos para Áudio, Vídeos e Fotos	10	10	46.293,05	-8.054,80	38.238,25	45.795,80	-3.504,26	42.291,54
Veículos em Geral	15	10	562,31	-47,77	514,54	562,31	-14,05	548,26
Veículos de Tração Mecânica	15	10	285.698,28	-98.918,92	186.779,36	285.698,28	-80.689,14	205.009,14
Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10	425.273,28	-148.901,62	276.371,66	371.555,38	-86.383,68	285.171,70
Material de Uso Duradouro	-	-	20.530,60	-	20.530,60	20.530,60	-	20.530,60
Total			3.957.598,07	-1.886.181,30	2.071.416,80	3.527.910,37	-1.298.911,80	2.228.998,59

Fonte: Siafi

O SIADS permite o registro e o cálculo automático da depreciação dos bens permanentes e amplia a automação do registro contábil, ao possibilitar que o ato e fato das ações administrativas sejam registrados no SIAFI em tempo real.

Como a implantação do SIADS gerou alguns ajustes que ainda não foram sanados, tanto o saldo contábil do Almoarifado como o dos Bens Móveis não conferem com os relatórios mensais encaminhados, comprometendo o adequado conhecimento do patrimônio. Frisamos que essas diferenças há serem ajustadas são valores ínfimos.

Nota 4 – Intangível

O Ativo Intangível, em 31/12/2018, totalizava R\$ 3,3 milhões e está distribuído conforme a tabela a seguir:

Tabela - Intangível – Composição (em R\$)

	31/12/2018	31/12/2017
Software com Vida Útil Definida	124.312,05	124.312,05
Software com Vida Útil Indefinida	3.182.250,00	3.182.250,00
Total	3.306.562,05	3.306.562,05

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Fonte: Siafi

Em 2018 não houve nenhuma movimentação no Intangível. Salientamos que não houve a amortização desses itens o que causa uma superavaliação do Ativo na unidade.

Nota 5 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial de 2018 reduziu em torno de 85% em relação a 2017, devido a redução de transferências intragovernamentais.

Com relação as transferências e delegações recebidas e concedidas elas são resultado da programação financeira do exercício e para pagamento de restos a pagar, e varia de um ano para outro de acordo com a lei orçamentária anual e os limites definidos no decreto de programação financeira.

Nota 6 – Patrimônio Líquido

A tabela abaixo apresenta a evolução e a evidenciação das variações dos elementos do patrimônio líquido no exercício de 2018.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	-86.228.237,08	-134.395.229,50
Resultados de Exercícios Anteriores	-87.776.991,25	261.474.650,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.548.754,17	-395.869.879,84

Fonte: Siafi

Durante o exercício de 2018 foram feitos lançamentos a conta de ajustes de exercícios anteriores em torno de R\$ 1,5 milhão, relativos ao regime de apuração especial de complementação para a depreciação pela implantação do SIADS módulo patrimônio.